

CONTRALAB NA NUVEM: O LABORATÓRIO TÁTICO ANTIRREPRESSÃO COMO INICIATIVA DE RESISTÊNCIA

Resumo: O presente artigo tem como objeto o Contralab - Laboratório Tático Antirrepressão, realizado pelo hacklab Nuvem, uma estação rural que abriga projetos que se encontram na intersecção entre arte e tecnologia em Visconde de Mauá (RJ). O Contralab foi idealizado no contexto das manifestações de 2013, desencadeadas pelo aumento da tarifa do transporte público em diversas grandes cidades brasileiras, que ganhou corpo às vésperas da realização de um grande evento, a Copa do Mundo. Considerando o laboratório como uma iniciativa de resistência à violência e à vigilância, principalmente policial, esse trabalho apresenta uma tentativa de entendimento das ideias e motivações mobilizadas para organização, produção e disseminação de estratégias de comunicação segura, proteção de dados e coleta de evidências em casos de abuso por parte da polícia na segunda edição, o Contralab:reboot, realizada em 2016.

Palavras-chave: arte e tecnologia, repressão, violência, laboratório tático

Contralab en Nuvem: Laboratorio Tático Anti Represión como Iniciativa de Resistencia

Resumen: Este artículo está sobre el Contralab - laboratorio tático anti represión en poder de hacklab Nuvem, un hacklab rural que alberga los proyectos que están en la intersección entre el arte y la tecnología en Visconde de Mauá (RJ). El Contralab fue concebido en el contexto de las manifestaciones de 2013 contra el aumento en la tarifa del transporte público en varias de las principales ciudades de Brasil, que ganó volumen a la víspera de un evento importante, la Copa del Mundo. Teniendo en cuenta el laboratorio como una iniciativa de la resistencia a la violencia y la vigilancia, principalmente la policial, este trabajo presenta un intento de entender las ideas y motivaciones movilizados para la organización, producción y difusión de estrategias de comunicación seguros, protección de datos y la recogida de pruebas en casos abuso por parte de la policía en la segunda edición, el Contralab: reboot, celebrada en 2016.

Palabras clave: arte y tecnología, represión, violence, laboratório tático

Contralab at Nuvem: Tactical Anti-Repression Laboratory as an Initiative of Resistance

Abstract: This article has as its object the Contralab - Tactical Laboratory Anti-repression held by hacklab Nuvem, a rural station that houses projects that are at the intersection between art and technology in Visconde de Mauá (RJ). The Contralab was conceived in the context of the 2013 demonstrations, triggered by the increase in public transport fare in several major Brazilian cities, which gained strenght at the eve of a major event, the World Cup. Considering the laboratory as an initiative of resistance to violence and surveillance this work presents an attempt to understand the ideas and motivations mobilized for the organization, production and dissemination of secure communication strategies, data protection and collection of evidence in cases of police abuse in the second edition, the Contralab: reboot, held in 2016. The research maps the ideas and motivations based on the ideology concept from Wolf (1999) followed by a discussion guided by Malinowski's propositions (1978).

Palavras-chave: art and technology, repression, violence, tactical lab

A NUVEM E O CONTRALAB

O presente trabalho mapeia as formas de resistência que encontraram espaço no Contralab:reboot, laboratório tático antirrepressão organizado pela Nuvem, estação rural que atua na intersecção entre tecnologia, ciência e arte. A pesquisa acompanha quais foram as ideias e motivações mobilizadas a partir do conceito de ideologia de Wolf (1999) e discute a partir de uma observação de campo guiada a partir das premissas de Malinowski (1978). Paralelamente a isso, o artigo também aborda como a forma de organização e disseminação do trabalho dentro do laboratório antirrepressão idealizado pela Nuvem converge para práticas do movimento software livre.

Pensada para ser um espaço autônomo que recebe projetos ligados à arte, ciência e tecnologia, a Nuvem fica em uma região turística da serra fluminense. Desde 2012, a casa promove anualmente residências de verão, que duram 30 dias nos quais os participantes se revezam de forma que a casa chega a receber até 30 pessoas no período. Nos anos de 2012 e 2013 foram realizadas também residências de inverno, com instrutores para instruir os residentes, que eram selecionados e permaneciam um mês na casa, ao final do qual faziam uma apresentação final do que foi produzido. Além dessas atividades regulares, o hacklab também realiza encontros e laboratórios eventuais.

Por meio da Lei de Incentivo à Cultura, a Nuvem, idealizada por Cinthia Mendonça e Bruno Vianna recebeu o patrocínio da Vivo Telecomunicações, integrando o programa Vivo Arte.mov durante os dois primeiros anos de atividade. A partir de 2014, com a mudança na política de patrocínios da Vivo e a dissolução do programa Vivo Arte.Mov, o projeto procura autonomia experimentando com formas alternativas de financiamento, como vaquinhas e a colaboração pontual dos participantes para cobrir despesas básicas. O desligamento de Luciana Fleishman, que tinha sido chamada para a coordenação da iniciativa, também se deu em 2014, deixando Cinthia Mendonça e Bruno Vianna como únicos responsáveis pelas atividades do hacklab. Também foi em 2014 que se deu a primeira edição do Contralab, financiada com vaquinha e divisão de custos entre participantes.

Em 2016, a Nuvem passou a ter novas fontes de financiamento, entre elas a Fundação Ford, e também passou por uma reorganização interna. A justificativa apresentada na chamada para o Interactivos?¹⁶ é a seguinte:

Inaugurando seu 5º ano de trabalho e diante da necessidade de atualizar-se enquanto projeto colaborativo e autogestionado, a Nuvem - Estação Rural de Arte e Tecnologia investe em parcerias e um novo formato de coordenação que se biparte em frentes de trabalho autônomas. A finalidade dessa partição é expandir o alcance das atividades, garantir objetivos específicos para cada uma das partes e realizar novas associações e colaborações.

(...)

Ambas as coordenações estão comprometidas com a inclusão tecnológica, assim como a valorização de saberes populares e o uso de licenças livres.²

A segunda edição do Contralab teve sua chamada lançada quase que simultaneamente ao anúncio da mudança na organização feito no site da Nuvem, em maio de 2016. O laboratório antirrepressão se deu entre os dias 10 e 17 de julho de 2016, período no qual estive na Nuvem fazendo trabalho de campo. Atuei como colaboradora e, ao mesmo tempo, realizei observação participante e entrevistas com os residentes tentando deixar o mais claro possível quais eram meus objetivos ali. Os registros recolhidos foram analisados conforme as três vias descritas por Malinowski (p. 36, 1978) para alcançar o objetivo de compreender o ponto de vista dos atores observados, “a sua relação com a vida, perceber a sua relação com o seu mundo”.

O CONTRALAB:REBOOT

A segunda edição do Contralab foi um evento da frente Atividades Territoriais, que atua “promovendo o acesso às tecnologias e o intercâmbio com pessoas e projetos nessa comunidade”,³ coordenada por Bruno Vianna. Em 2014, a Nuvem ainda não havia se reorganizado – de forma que Cinthia, que hoje coordena a frente Feminismos e Deslocamentos, teve atuação direta no primeiro laboratório, e não esteve presente no segundo. Dois convidados (que já haviam estado na Nuvem anteriormente – um deles como proponente do Contralab de 2014), cinco proponentes e dez colaboradores passaram pela casa na edição de 2016.

Os colaboradores, que seriam divididos em grupos de até três pessoas por projeto, foram aceitos conforme ordem de inscrição e poderiam participar do(s) projeto(s) que desejassem, independentemente de seus conhecimentos técnicos. Os convidados foram chamados para selecionar os proponentes entre os vinte inscritos para o Contralab:reboot e também passaram a semana na Nuvem. Embora tenham atuado como consultores em alguns momentos, a intenção era de que os projetos sofressem o mínimo de interferência possível, uma vez que se tratam de propostas de pessoas atuantes politicamente e autônomas.⁴

Como um dos proponentes não compareceu, todos os projetos acabaram com mais de três colaboradores. Também havia a possibilidade de proponentes poderem colaborar com até dois projetos. Os projetos “Se a democracia fosse nossa” e o “Diretório de ações e coletivos políticos”, acabaram se fundindo, por decisão de seus proponentes. As proponentes de “Ferramentas coletivas para organização comunitária contra as violências” e “Hybris_Latinoamerica”, pensaram em fazer o mesmo, mas desistiram ao longo da semana. O “Jogo do Golpe” começou a ser desenvolvido antes do início do Contralab e contou com a participação de colaboradores atuando remotamente.

PRODUÇÃO EM LABORATÓRIO

Entre convidados, colaboradores e proponentes, quatro já haviam participado de atividades realizadas pela Nuvem anteriormente como o encontro de Tecnomagia, de Agrofloresta, o EnkkontrADA e o próprio Contralab. Remanescentes de coletivos da rede internacional Indymedia,

assim como representantes de casas coletivas, filiados a partido político, um ativista de direitos digitais e um ex-funcionário público federal que também é voluntário do empacotamento de software livre Debian também estavam entre os participantes do Contralab:Reboot.

Enquanto os colaboradores são convidados a se apropriarem dos projetos com o fim de fazer dos mesmos produções coletivas, os proponentes se mostram desprendidos da questão da autoria. O reconhecimento é desejado, porém negociável em nome do potencial impacto de não restringir a circulação, uso e modificação do que foi produzido⁵ (ainda que a marcação de autoria não restrinja a circulação em termos de licenças livres). Isso, em grande parte, se deve ao já citado compromisso da Nuvem com o uso de licenças livres. Uma exceção discutida pelo grupo nesse laboratório em particular seria a preservação da identidade do proponente e colaborador caso essas informações se inserissem em um escopo daquilo que deve ser mantido em segredo por razões táticas.

Assim como a Nuvem não se caracteriza pela prática política tradicional, defendendo sua posição em palanques, mas pela produção técnico-científica e artística, a maior parte de seus participantes também se coloca prioritariamente como produtores. Um dos poucos momentos de conflito durante a semana foi justamente quando uma colaboradora expressou seu desejo de que o produto do laboratório não fosse usado por um partido político. Como candidato à Câmara de Vereadores de sua cidade, um dos proponentes respondeu que sua intenção é que o resultado do seu trabalho ali pudesse ser usado por qualquer pessoa ou organização, e que ele não seria carimbado com o selo de sua legenda, que se encontra à esquerda do espectro político.

Como esse trabalho de campo faz parte de uma pesquisa de mestrado que tem como objetivo investigar as manifestações de ideias do movimento software livre na Nuvem é inevitável estabelecer algumas conexões entre o que se passou durante o laboratório antirrepressão e o meu objeto de estudo enquanto aluna regular do curso de Divulgação Científica e Cultural da Universidade Estadual de Campinas. Tomemos como referência afirmação do software livre como movimento social feita por Evangelista (2010), que identifica duas correntes políticas principais - free e open - que têm em comum a oposição às licenças proprietárias, ou seja, licenças que não garantem as liberdades de usar o software sem qualquer restrição; de ler e estudar o código-fonte; de alterar o código-fonte para produzir uma versão diferente; e, por último, o direito de fazer cópias do software e distribuí-las. Já a principal divergência entre os dois grupos é que o grupo free defende que não deve haver diferenças entre produtores e consumidores de software. Apesar dessas diferenças políticas, os dois grupos praticam um agnosticismo verbal, cuja performance facilita sua penetração em outros campos que não o da programação.

Because the practices of F/OSS challenge economic incentive theory – assumptions that buttress intellectual property law – it works as a form of cultural critique, tacit assumptions converted to an explicit state of affairs. The moment that “any set of values, and material forms comes to be explicitly negotiable,” observe Comaroff and Comaroff (1992, 29), signals “the end of its naturalized state.” (COLEMAN, 2013, p. 200)

Coleman (2013, p. 196) também registra a aproximação entre seus membros e midiativistas da rede internacional de mídia independente. A ressalva feita pela colaboradora em relação ao uso do projeto, por sua vez, pode ser colocada em perspectiva na medida em que ela entra em conflito com uma das características do software livre, a de não discriminação. A lógica de não restringir as possíveis explorações do software corresponde às “noções mais liberais de liberdade e equidade” (COLEMAN, 2013, p. 195) intrínseca às licenças livres. Vale destacar aqui que o proponente em questão delimitou o seu projeto dentro do escopo de ideias que se colocam mais à esquerda do espectro político (que inclui, entre outras coisas, o seu partido), mas não pretendia impor uma restrição prévia em relação aos possíveis usos e distribuições do que seria produzido ou colocar a “assinatura” do partido no projeto.

Dois dos projetos, o “Ferramentas” e o “Jogo do Golpe”, foram formulados de maneira que se conformassem a uma determinada visão política. O primeiro, voltado para casas coletivas e espaços compartilhados, busca auxiliar no combate à violência nesses ambientes. O segundo, voltado para jovens, tem como objetivo ser um board game educativo que ajuda a entender o funcionamento do senado em um contexto específico: a votação do impeachment, que aconteceria algumas semanas depois do laboratório. Apesar de ser um consenso dentro do grupo que o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff não foi legítimo e tinha contado com o apoio da mídia tradicional, grande parte do esforço investido no jogo foi feito para que os dois lados – pró e contra a perda de mandato – tivessem a mesma chance de vencer o jogo, com os jogadores se dividindo em igual número entre eles. O “Jogo do Golpe” acabou sendo renomeado “Efeito 55”, fazendo referência ao número de senadores que foram a favor do impeachment na primeira votação, que configura o cenário inicial do jogo.

Tanto o “Hybris” quanto o “Diretório”, no entanto, foram formulados de maneira que abrangessem uma diversidade maior de manifestações políticas – o primeiro como plataforma de articulação e o segundo como suporte. “Hybris” se insere no âmbito da manifestação política individual, que trabalha entre o fluxo das dinâmicas incidem sobre o sujeito e o uso do corpo como instrumento de manifestação política. O diretório tem como foco grupos que se articulam difusamente e/ou centralizam suas manifestações públicas em redes sociais, principalmente o Facebook. A ideia do diretório é oferecer uma alternativa que permita aos movimentos driblar a plataforma e sua aversão ao anonimato que exige que o usuário abra mão uma grande quantidade de dados em nome do acesso à sua base de relacionamentos – acesso esse que também é controlado de forma totalmente opaca, configurando uma assimetria e facilitando a repressão. Nesse último caso, foi discutida a possibilidade de estabelecer uma linha editorial para justificar a retirada de manifestações xenofóbicas, machistas e racistas, por exemplo. A plataforma ainda não foi ao ar.

MODOS DE PENSAR E RESISTIR NO CONTRALAB

Como a grande maioria dos participantes do Contralab:Reboot já atuava em grupos de ativistas,

vindo das mais variadas linhas de atuação para estar ali como residentes temporários da Nuvem - assim como outros grupos com outros antecedentes estiveram ali antes - cabe aqui deixar claro que não se pretende com esse trabalho encaixar os participantes do laboratório em determinados modelos ou categorias já estabelecidas, sejam elas nacionais ou estrangeiras com reflexos locais. O trabalho de Wolf (1999) oferece um referencial que interessa a este trabalho no sentido em que indica um caminho para a investigação da conexão entre ideias e poder. Esse percurso consiste em “tentar identificar os significados instrumentais, organizacionais e ideológicos que mantém os costumes e subscreve a busca por coerência” (WOLF, 1999, p. 66). O conceito de ideologia, nesse caso, diz respeito ao sentido dado às ações a partir de um conjunto de ideias, de uma chave de significação que, por sua vez, também é influenciada pelo sistema de produção de valor vigente, legitimando o que é desejável e que é indesejável na caracterização grupos e pessoas.

Os conceitos descritos aqui farão parte de um esforço que busca apontar para as expressões características do movimento software livre dentro do grupo, e não conformar o objeto a correspondências e relações para cercá-lo. A distinção entre pintura e desenho feita por Ingold (2011, p. 220) como metáfora de práticas antropológicas do século XX que buscavam compor uma figura completa e a proposta do autor - de uma aproximação entre o trabalho antropológico e o traçado que se preocupa mais com sua própria continuidade que com o arranjo geral, respectivamente - pode ser empregada para ilustrar o que se espera realizar com esse estudo. Enquanto a pintura busca a completude, o desenho manifesta em suas linhas uma história do “vir a ser”, mais que uma imagem do que “é”.

Apesar de cada um trazer para o Contralab motivações que perpassam sua experiência em agências individuais e coletivas para a convivência em um pequeno período, é possível reconhecer algumas das referências culturais compartilhadas que se cristalizaram durante esse breve encontro. As empresas tradicionais de mídia como a Globo e a Folha de S.Paulo eram apontadas como vilãs no sentido de que tendem a fazer uma cobertura parcial e enviesada da política, dando respaldo a ações policiais violentas e ao impeachment da presidente Dilma Rousseff – uma visão que se aproxima muito da motivação que teceu a rede internacional de midiativistas do Indymedia. Nas cartas de “movimentos sociais” do Efeito 55, por exemplo, aparecem manifestações e ações que foram retratados por outros veículos que não os convencionais, que estabelecem um equilíbrio na pontuação, tornando possível que os jogadores sorteados para tentar barrar o impeachment e seus adversários tenham iguais chances de ganhar. Além da mídia tradicional, Facebook e Google também são vistos com desconfiança, uma vez que recolhem uma grande quantidade de dados dos usuários para deles extrair informações de interesse comercial.

Em paralelo às redes tradicionais de produção e comercialização, surgem grupos de artistas e profissionais das novas tecnologias de informação e comunicação que se organizam, às vezes à margem do próprio capitalismo, tendo em vista a criação de outros sistemas de trocas. O digital permite a criação de sistemas distribuídos de trabalho visando a construção coletiva de produtos de mesma natureza que os colocados pelo mercado tradicional. (EVANGELISTA, 2010, p. 24)

Wolf (2001, p. 395), destaca que o estudo de grupos, na maior parte dos casos, precisa levar em consideração que seus desenvolvimentos se devem a processos que se originam externamente a eles e têm um alcance que vai além deles – e assim como a cristalização dos grupos depende desses processos, eles passam a se inserir neles e afetá-los.

Retomemos aqui a referência a sistemas centralizados, como a mídia tradicional, ou ainda empresas de tecnologia que atuam com base em práticas de negócios cada vez mais comuns nas quais “as empresas sabem mais sobre os consumidores que os consumidores sobre eles mesmos” (PALMAS, 2011, p. 349). A ideia do “Diretório”, por exemplo, se delineia como uma proposta de alternativa para divulgação das ações de ativistas que sem que eles precisem fornecer dados que possam servir para alimentar essa relação assimétrica que é também vista como potencial facilitadora da repressão.

Vale lembrar que o primeiro Contralab aconteceu em 2014, um ano depois dos primeiros vazamentos de informação da Agência Nacional de Segurança (NSA) feitos pelo ex-agente da CIA Edward Snowden,⁶ ou seja, momento a partir do qual a associação entre vigilância e consumo se cristalizou e se tornou conhecida.

No Brasil, ainda que a cooperação entre empresas de tecnologia e Estado não opere, pelo menos por enquanto, na mesma intensidade que a cooperação no caso norte-americano, as informações que os usuários expõem no uso cotidiano da rede para comunicação e expressão são apropriadas pelo governo (ALBUQUERQUE E PEDRO, 2013, p. 7). Outros dados, que a rede recolhe e o usuário fornece de modo privado também podem ser solicitadas por ordem judicial. A solicitação de dados já resultou em embates entre empresas e governo, levando à prisão do vice-presidente do Facebook na América Latina.⁷ No entanto, os ativistas também usufruem da visibilidade proporcionada pela rede para fazer circular imagens de policiais cometendo abusos e transgressões, por exemplo. Albuquerque e Pedro (2015), em uma reflexão sobre o uso das máscaras por Black Blocks e o Anonymous, apontam para uma tensão no uso do Facebook pelos seus membros.

A preocupação com a vigilância não é o único motivo e mesmo que ela esteja presente não será sempre um impeditivo para a exposição, uma vez que a visibilidade traz vantagens, ainda que haja algum risco. A maioria dos coletivos parece ver as vantagens nessa exposição que a Internet e uma rede social podem oferecer, tornando suas ideias públicas e mais conhecidas, ampliando, assim, suas conexões e seu poder de ação. Essa escolha, no entanto, não deixa de ser sem tensões, principalmente após as prisões de alguns indivíduos (...) (ALBUQUERQUE E PEDRO, 2015, p. 13)

As pesquisadoras destacam a possibilidade do Facebook e a internet serem usados como modo de proteção e resistência, uma vez que se permite “operar na própria visibilidade”. Assim como as máscaras, que não são usadas apenas como proteção e esconderijo, mas também para descentralizar a origem da ação – que não se dá na escala do indivíduo, mas pela agência do coletivo – e dessa forma “ampliar a atuação na visibilidade”, se expor mais intensamente (ALBUQUERQUE E PEDRO, 2015, p. 13). Foi cogitada a mobilização de estratégias como essa, por exemplo, na elaboração do “Diretório”, que seria organizado prioritariamente em páginas

para expressão de grupos de ativistas, e não de indivíduos, dos quais seria requisitado uma quantidade minimamente viável de dados. No Facebook, os usuários só podem se manifestar usando seus nomes verdadeiros, o que os torna responsabilizáveis e vigiáveis pelas forças públicas de segurança que utilizam o método de apropriação dos perfis construídos na rede.

Apesar de o neoliberalismo alçar os direitos individuais, se manifestar contra monopólios e a favor de um mundo livre das limitações reguladoras dos governos, a sua prevalência depende da intervenção ativa do estado, da legislação e da exploração sem concorrentes de mercado (COLEMAN, 2013, p. 73). A partir da cooperação entre estado e corporações que se cristaliza na legislação, se faz relevante a questão levantada por Coleman (2013, p. 183) de até que ponto adquirir conhecimentos legais de maneira informal é algo útil para atores sociais que combatem esse regime.

O aconselhamento legal foi uma constante durante o Contralab:reboot, não só a partir da troca de conhecimentos sobre o texto da lei, mas também de experiências com questões dessa alçada. Participaram do laboratório tanto pessoas que se articulam ativamente em torno de questões regulatórias e direitos digitais, mas também sujeitos que já sofreram processos e ainda aqueles que procuram saber sobre a legislação para servir às suas necessidades ativistas.

A troca de conselhos legais, no entanto, não foi o único modo de atuação contra essa dinâmica entre estado e empresas de tecnologia posto em discussão durante a semana de laboratório. Talvez porque a capitalização financeira capta a realidade social mais rapidamente que outras organizações sociais, um outro tipo de resistência, mais integrada ao desenvolvimento técnico-científico, também teve lugar. O uso de habilidades técnicas para evitar que o cerceamento legal do estado sobre articulações com base na rede sufoque os movimentos que se colocam contra o regime de cooperação entre essas duas esferas de poder também foi colocado como uma possibilidade para torna-los mais resilientes. Dentro da formulação dos modos de resistência no contexto do Contralab, a vigilância foi um tema importante que motivou a mobilização de preocupações e estratégias entre os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer uma breve apresentação dos sentidos atribuídos às formas de resistir encontradas no Contralab:reboot, esse trabalho buscou fazer um compilado dos modos de sentir e pensar dentro desse contexto. O registro de formas de resistência que podem ser incisivos ou não se deu em um ambiente que se inscreve na intersecção entre tecnologia, arte e ciência, a Nuvem, em um laboratório que teve sua primeira edição em 2014. Nesse mesmo ano, 23 pessoas foram presas preventivamente acusadas de violência em protestos como resultado de uma investigação fundamentada no monitoramento de telefonemas e emails entre os manifestantes.⁸

Para a identificação de manifestações bases culturais comuns em um curto período de tempo, foram traçados alguns paralelos entre grupos que se baseiam em laços sociais mais fortes como

os midiativistas do Indymedia, os membros do movimento software livre e outras articulações que performam uma crítica cultural. Esse trabalho mapeou que entre os modos de resistência que encontraram espaço no Contralab:Reboot se colocam a proposição da construção de uma rede social alternativa, o tratamento do momento político de forma lúdica com objetivos educativos, a exploração das possibilidades de uso do corpo para manifestações políticas que dizem respeito à dinâmicas de poder que incidem sobre o sujeito e instrumentos de organização coletiva contra as violências. A vigilância foi identificada como uma questão que aparece na formulação de resistências mapeadas no evento, assim como também é um tema importante dentro de outros grupos ativistas. Além disso foram traçados paralelos entre o modo de organização e disseminação do trabalho no Contralab:reboot aquelas encontradas dentro do movimento software livre.

Por fim, alguns caminhos possíveis para o aprofundamento de algumas das questões que atravessam esse trabalho seriam estudos que abordem os tensionamentos entre o desenvolvimento técnico-científico e os direitos digitais, assim como o embate entre individualismo e cooperação social dentro do contexto de resistência às atuais dinâmicas de associação entre vigilância e consumo.

NOTAS

1. Mestranda em Divulgação Científica e Cultural na Universidade Estadual de Campinas (camilamontagnerfama@gmail.com)
2. <http://interactivos16.info/>
3. <http://nuvem.tk/?coordenacoes/>
4. Entrevista com Bruno Vianna – 14/07/2016
5. Entrevistas com proponentes
6. Greenwald, Glenn; MacAskill, Ewen and Poitras, Laura. Edward Snowden: the whistleblower behind the NSA surveillance revelations. The Guardian. Hong Kong, 11 de jun de 2013. <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/07/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance> Acesso em 10 de out. de 2016.
7. Gonçalves, Matheus. O cabo de guerra entre o Facebook e a Justiça brasileira. Tecnoblog. 25 de fev de 2016. Disponível em: <https://tecnoblog.net/192283/facebook-justica-brasileira-cabo-de-guerra/>. Acesso em 10 de out. de 2016.
8. Ramalho, Sérgio. Relatório da polícia diz que ativistas preparavam ação com bombas para marcar final da Copa. O Globo, 21 de jul 2015. <http://oglobo.globo.com/rio/relatorio-da-policia-diz-que-ativistas-preparavam-acao-com-bombas-para-marcas-final-da-copa-13323218> Acesso em 10 de out de 2016.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, L., Pedro, R. (2015). Vigilância e visibilidade nas manifestações de 2013. *Seminários temáticos da V Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*. Porto Alegre, maio. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1360>. Acesso em 13 de out. de 2016.
- Albuquerque, L., Pedro, R. (2013). Facebook como dispositivo de vigilância e visibilidade: algumas controvérsias em questão. *Trabalho apresentado no dia 17 de outubro, no Grupo de Trabalho 9 – Tecnologia, visualidade e subjetividade*. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistateclogiaesociedade/revEdEspecialTE%20CS0C2013/revEdEspecialTECS0C2013_a08.pdf. Acesso em 13 de out. de 2016.
- Coleman, E. (2013). *Coding freedom: The ethics and aesthetics of hacking*. Princeton: Princeton University Press.
- Evangelista, R. (2010). *Traidores do movimento: política, cultura, ideologia e trabalho no software livre*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Deleuze, G. (1994). Post-Scriptum das sociedades de controle. En *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Ingold, T. (2011). *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*. Nova York: Routledge.
- Malinowski, B. (1978). *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- Palmas, K. (2011). Predicting what you'll do tomorrow. *Surveillance & Society*. Vol. 8, n. 3, 338-354.
- Wolf, E. (1999). *Envisioning Power*. Berkeley: University of California Press.
- Wolf, E. (2001). Culture: Panacea or Problem? *American Antiquity*, Vol. 49, No. 2, 393-400.

